

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/325959596>

Os princípios de descrição e sua aderência aos formatos MARC 21 e ONIX

Article in *Ciência da Informação* · May 2017

DOI: 10.18225/ci.inf.v46i2.2327

CITATIONS

3

READS

32

4 authors, including:



Liliãna Giusti Serra

São Paulo State University

22 PUBLICATIONS 18 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



José Eduardo Santarem Segundo

University of São Paulo

116 PUBLICATIONS 258 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Zaira Regina Zafalon

Universidade Federal de São Carlos

117 PUBLICATIONS 72 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Tecnologias da Web Semântica para publicação de dados seguindo as melhores práticas do Linked Data [View project](#)



Conversão de registros bibliográficos [View project](#)

Os princípios de descrição e sua aderência aos formatos MARC 21 e ONIX

Liliana Giusti Serra

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Marília, SP - Brasil. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP) - SP - Brasil. Profissional da Informação da Prima Informática (Prima) - São José dos Campos, SP - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/3828328663401491>
E-mail: lgiustiserra@gmail.com

José Eduardo Santarem Segundo

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Marília, SP - Brasil. Professor e Coordenador do Curso de Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (USP) - Ribeirão Preto, SP - Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Marília, SP - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5562746387565465>
E-mail: santarem@usp.br

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos

Livre docente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Marília, SP - Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Marília, SP - Brasil. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP) - SP - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7408791408049766>
E-mail: placida@marilia.unesp.br

Zaira Regina Zafalon

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Marília, SP - Brasil. Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, SP - Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/1584935790390793>
E-mail: zzafalon@gmail.com

Submetido em: 07/09/2016. Aprovado em: 12/04/2017. Publicado em: 06/05/2018.

RESUMO

O artigo discorre sobre os princípios de descrição, tomando como ponto de partida a obra *The Intellectual Foundantion of Information Organization*, de Elaine Svenonius, de 2000. Trata-se de pesquisa bibliográfica que analisa os princípios de descrição identificados pela autora, nos aspectos da conveniência do usuário, uso comum, representação, acurácia, suficiência, necessidade, padronização e integração; e busca identificar estes princípios nos formatos de representação. Os formatos de representação são analisados em decorrência de seu emprego na descrição dos elementos de recursos bibliográficos para que sejam legíveis por máquinas e intercambiados entre sistemas bibliográficos. Como os formatos de representação são utilizados para a realização de intercâmbio de dados e informações, sentiu-se a necessidade de verificar se estão alinhados com os princípios de descrição. Analisaram-se os formatos de representação utilizados por bibliotecas (MARC 21) e pelo mercado editorial (ONIX). Breve histórico e evolução dos dois formatos são apresentados, assim como os objetivos que nortearam seus desenvolvimentos. O artigo conclui que os formatos de representação possuem aderência aos princípios de descrição analisados. O artigo finaliza apontando as conformidades dos formatos MARC 21 e ONIX aos princípios descritivos.

Palavras-chave: Princípios de descrição bibliográfica. Formato MARC 21. Formato ONIX. Catalogação.

Description principles and their adherence to MARC 21 and Onix formats

ABSTRACT

*The article discusses the principles of description, analyzing the work *The intellectual foundation of information organization*, by Elaine Svenonius, published in 2000. It is a bibliographic research that analyzes the principles of description identified by the author in the aspects of user convenience, common use, representation, accuracy, sufficiency, need, standardization and integration; and seeks to identify the presence of these principles in the formats of representation. The formats of representation are analyzed as a result of their use in the description of the elements of bibliographic resources, so that they are machine-readable and interchanged between bibliographic systems. As formats of representation are used for the exchange of data and information, it was felt the need to verify if they are in line with the principles of description. The formats of representation used by libraries (MARC 21) and the publishing market (ONIX) were analyzed. Brief history and evolution of the two formats are presented, as well as the objectives that guided their development. The article concludes that the formats of representation analyzed have adherence to the principles of description that were analyzed. The article ends by pointing out the conformities of the MARC 21 and ONIX formats to the principles of description.*

Keywords: Cataloguing principles. MARC 21 Format. ONIX Format. Cataloguing.

Los principios de descripción y su adherencia a los formatos MARC 21 y ONIX

RESUMEN

*El artículo discurre sobre los principios de descripción, tomando como punto de partida la obra *The Intellectual Foundantion of Information Organization*, de Elaine Svenonius, de 2000. Se trata de una investigación bibliográfica que analiza los principios de descripción identificados por la autora, en los aspectos de la conveniencia del usuario, uso común, representación, exactitud, suficiencia, necesidad, estandarización e integración; y busca identificar estos principios en los formatos de representación. Los formatos de representación se analizan como consecuencia de su empleo en la descripción de los elementos de recursos bibliográficos para que sean legibles por máquinas e intercambiados entre sistemas bibliográficos. Como los formatos de representación se utilizan para la realización de intercambio de datos e información, se sintió la necesidad de verificar si se alinean con los principios de descripción. Se analizaron los formatos de representación utilizados por bibliotecas (MARC 21) y por el mercado editorial (ONIX). Breve historia y evolución de los dos formatos se presentan, así como los objetivos que guiaron sus progresos. El artículo concluye que los formatos de representación tienen adherencia a los principios de descripción analizados. El artículo finaliza apuntando a las conformidades de los formatos MARC 21 y ONIX a los principios descriptivos.*

Palabras clave: Principios de descripción bibliográfica. Formato MARC 21. Formato ONIX. Catalogación.

INTRODUÇÃO

A *Declaração de Princípios de Catalogação*, lançada em Paris em 1961, orienta a escolha e a forma de ponto de acesso às fichas presentes de um catálogo. Em 2009, a partir de sua revisão e delineamento às tendências atuais dos aspectos infotecnológicos dos catálogos e à conveniência dos usuários, é publicada a *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*, a qual indica a expectativa de facilitar “o intercâmbio internacional de dados bibliográficos e de autoridade e que oriente os criadores de regras de catalogação nos seus esforços para desenvolver um código internacional de catalogação.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 2009, p. 1).

De acordo com Svenonius (2000), a efetividade de um sistema de organização da informação deve estar firmada em fundamentos intelectuais. Desse modo, deve contemplar uma ideologia, calcada em propósitos (objetivos) e em princípios (diretivas); na formalização de processos que envolvem a organização da informação; no conhecimento adquirido por meio da pesquisa; e nos focos de pesquisa da área. Compreende-se assim, que os princípios bibliográficos envolvem diretivas que balizam a construção de linguagem aplicada à criação de sistema bibliográfico, no qual a linguagem é construída por meio de conjunto de regras que norteiam a descrição. Portanto, os princípios não são as regras propriamente ditas, mas a linha condutiva que orienta a construção das mesmas.

Segundo a autora, os princípios de descrição são designados para fomentar a qualquer sistema e não somente os voltados aos recursos bibliográficos. Svenonius pondera que o princípio do uso comum (*common usage*) foi evocado por Ranganathan (RANGANATHAN; GOPINATH, 1989), que o identificava como “o princípio cardinal que governa a escolha da terminologia nos vocabulários controlados” (SVENONIUS, 2000, p. 68). Por razoabilidade compreende-se o bom senso, lógica e equilíbrio na descrição, e pode ser interpretada como a maneira de descrever um recurso informacional

com os elementos necessários à sua identificação, desenvolvido na proporcionalidade da necessidade descritiva ansiada pelo usuário. O princípio de imparcialidade dispõe que os motivos da decisão descritiva sejam relevantes e defensáveis e que não ocorram de modo arbitrário ou sem coerência. Parcimônia consiste na adoção de alternativas para descrição que representem economia ao sistema bibliográfico. Esta ideia pode ser compreendida na Quarta Lei da Biblioteconomia de Ranganathan – Poupe o tempo do leitor – com adoção de linguagem para facilitar a identificação de recursos, garantindo flexibilidade ao sistema em detrimento de esforços por parte do catalogador na descrição e ao usuário, na recuperação, ocasionando economia de tempo, recursos e esforços em ambos os lados.

Enquanto os princípios norteiam a elaboração de normas descritivas, os formatos permitem a descrição dos elementos para que sejam legíveis por máquinas e favoreçam a troca de recursos entre os sistemas bibliográficos. Embora outras normativas para representação da informação estejam sendo desenvolvidas, o formato MARC 21 (MACHINE-Readable Cataloging ou Catalogação Legível por Máquina, tradução nossa) ainda é bastante utilizado em bibliotecas. Sua aplicação na descrição de registros bibliográficos e de autoridades visa permitir o intercâmbio de metadados entre instituições. O mercado editorial, formado por editores, livreiros, distribuidores etc., faz uso do formato ONIX (Online Information eXchange ou Intercâmbio de Informação on-line, tradução nossa). O ONIX foi desenvolvido para permitir a troca de registros entre os agentes participantes do mercado editorial, favorecendo a identificação dos recursos, além da obtenção de dados relacionados às tratativas comerciais, como disponibilidade em estoque, frete, ações de marketing etc. Embora tenham sido desenvolvidos com objetivos distintos, ambos reúnem e distribuem elementos descritivos de publicações impressas e digitais, cabendo analisar seu alinhamento com os princípios de descrição.

Tendo em vista que os princípios delineiam a descrição, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: é possível reconhecer os princípios de descrição nos formatos MARC 21 e ONIX? Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a aderência dos formatos MARC 21 e ONIX aos princípios de descrição. Como os formatos são desenvolvidos com o intuito de dispor elementos descritivos em sistemas, de forma estruturada, e que fiquem legíveis por máquinas, é recomendada análise e aderência dos mesmos aos princípios de descrição. Este esforço visa identificar eventuais princípios que não estejam suportados pelos formatos ou cuja representação não esteja estruturada de modo a ser empregada em sistemas.

Princípios bibliográficos são diferentes dos objetivos bibliográficos e de regras bibliográficas. Objetivos codificam o que um usuário pode esperar de um sistema bibliográfico - para encontrar um documento, encontrar todas as manifestações de uma obra exibidas de forma contínua, e assim por diante. Os princípios, por outro lado, são diretrizes para o desenho da linguagem bibliográfica usada para criar tal sistema. Esta linguagem normalmente assume a forma de um código de regras. No entanto, os princípios em si não são regras, mas sim orientações para a concepção de um conjunto de regras. (SVENONIUS, 2000, p.67-68).

METODOLOGIA

Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica que analisa a aderência dos formatos de representação criados por bibliotecas e editores aos princípios de descrição de sistemas bibliográficos. A obra *The Intellectual Foundation of Information Organization*, de Elaine Svenonius, publicada em 2000, foi o principal referencial adotado sobre os princípios de descrição. Nesta obra foram identificados os princípios de descrição, como conveniência do usuário e uso comum, representação e acurácia, suficiência e necessidade, padronização e integração. A obra de Svenonius foi selecionada para este estudo, pois aborda a importância da organização da informação em seus aspectos teóricos e conceituais, base para construção de sistemas que visam organizar a informação.

O sucesso da recuperação da informação tem como base sua organização, e não simplesmente os aspectos tecnológicos. A construção da estrutura organizacional da informação é calcada em base intelectual que norteia o processo por meio do uso da linguagem.

Após a apresentação dos princípios de descrição, os formatos MARC 21 e ONIX foram descritos, com breve histórico e suas aplicações. Em seguida foram analisadas a aderência e a conformidade dos dois formatos em relação aos princípios de descrição elencados por Svenonius.

OS PRINCÍPIOS DE DESCRIÇÃO

Serão apresentados nesta seção, primeiramente, os princípios de descrição discutidos por Svenonius (2000) que estão presentes na construção de um sistema bibliográfico, a saber: a) conveniência do usuário e uso comum; b) representação e acurácia; c) suficiência e necessidade; d) padronização; e e) integração.

CONVENIÊNCIA DO USUÁRIO E USO COMUM

O princípio da conveniência do usuário estabelece como deve transcorrer a descrição tomando como ponto de partida a necessidade da comunidade atendida, independentemente de seu tamanho. Compreende-se que para que ocorra a construção da representação de maneira a atender este princípio é necessário o conhecimento dos usuários e suas demandas.

Seguindo preceitos de Cutter, anunciados em 1876 na obra *“Regras para um Catálogo Dicionário”*, a prática da catalogação deve ser adequada ao usuário (MEY; SILVEIRA, 2009). Para tanto, a linguagem adotada deve levar o usuário em conta e ser construída com foco nele. Assim, permite-se que o catálogo seja acessível a todos os usuários, adotando representação compatível com o público atendido, permitindo a rápida localização e a recuperação dos registros. Na obra citada, Cutter observa: “a conveniência do usuário deve ser posta na frente da facilidade do catalogador” (CAPLAN, 2003, p.54).

Segundo essa afirmação, infere-se que, a despeito do esforço descritivo necessário por parte do catalogador, o recurso deve ser representado no catálogo para permitir sua encontrabilidade por parte do usuário, tanto na escolha dos elementos quanto na adequação da linguagem empregada.

Segundo Svenonius (2000) e Caplan (2003), o princípio do uso comum, tal qual estabelecido por Ranganathan e Gopinah (1989), está presente na definição da terminologia utilizada na representação temática, com adoção de termos que favoreçam a probabilidade de serem localizados e utilizados pelos usuários no momento da recuperação. Este princípio, entretanto, é vago e impreciso, devido à complexidade em determinar qual forma terminológica será aplicada pelos usuários. Características inerentes à comunidade atendida devem ser consideradas na escolha da terminologia, com vínculos dos termos a formas variantes de representação, proporcionando alternativas para identificação e localização de recursos.

REPRESENTAÇÃO E ACURÁCIA

A representação bibliográfica ocorre a partir da descrição realizada de um recurso de modo que contemple a presença de elementos que sejam suficientes para identificá-lo. Devem ser considerados critérios de acurácia (precisão), proporcionando aderência à Quarta Lei da Biblioteconomia de Ranganathan (Poupe o tempo do leitor) e o custo inerente à construção do registro pelo catalogador. Segundo Svenonius (2000), a acurácia é determinada de acordo com a quantidade de elementos descritivos empregados, garantindo que dados essenciais estejam presentes na representação. De acordo com o tipo de recurso a ser descrito, os elementos essenciais a serem considerados podem abarcar conjuntos textuais e não textuais. Para livros, a descrição do título é realizada a partir da página de rosto. Porém, para recursos não textuais, este elemento pode ser ausente. Os dados podem ser retirados de outras fontes, desde que sejam aplicados critérios de abrangência, proximidade e persistência.

Informações sobre um recurso devem primeiramente ser buscadas nele mesmo. Porém, caso não sejam suficientes, os dados podem ser retirados de outras fontes que proporcionem informações confiáveis à representação. Este critério é identificado como abrangência, com utilização de fontes que agreguem dados pertinentes sobre um recurso. Nos recursos não textuais, como a multimídia, por exemplo, é frequente a presença de elementos complementares como cartuchos ou embalagens. Estas fontes de informação complementares, em decorrência de sua proximidade com a fonte de informação principal, usualmente possuem elementos que favorecem a representação do recurso, podendo dispensar, inclusive, a necessidade de acesso direto ao recurso bibliográfico. Isto costuma economizar o tempo do catalogador ao dispensar a visualização ou audição para identificar os elementos descritivos necessários. Entretanto, ao adotar a fonte de informação principal para identificação de elementos descritivos, o catalogador proporciona persistência, incluindo representações presentes no próprio item. A representação deve permitir discernimento entre os dados coletados na fonte principal de descrição e recursos complementares, aplicando pontuação de colchetes para sinalizar que o elemento foi atribuído pelo catalogador; ou ainda, a inclusão de notas informando ao usuário a procedência dos dados, salvaguardando eventuais danos à acurácia.

A acurácia da descrição muitas vezes pode ser ameaçada em virtude de imprecisões do próprio recurso; nem sempre é possível ao catalogador identificá-las ou registrá-las. Se informações adicionais não forem explicitadas na fonte primária, representam complexidade de precisão na descrição e, em contrapartida, sua identificação e registro contribuem para elevar o custo da representação, demandando pesquisa por parte do catalogador. Este esforço far-se-á pertinente apenas em comunidades cuja especificidade se faça necessária.

SUFICIÊNCIA E NECESSIDADE

De acordo com o recurso a ser representado, elementos mostram-se pertinentes ou não na descrição. Na identificação dos recursos a serem descritos, devem ser observados seus suportes, formatos, características e elementos essenciais. Para recursos textuais como livros, por exemplo, os elementos essenciais são de identificação consolidada, conforme princípios definidos de Cutter (CAPLAN, 2003), como autor, título, editora etc. O princípio da suficiência anuncia que a representação deve abarcar a quantidade de elementos suficientes para permitir a descrição de um registro sem, contudo, agregar dados que não proporcionem ou contribuam com a recuperação do mesmo. Ao identificar a tipologia do recurso se recomenda a definição dos elementos que efetivamente contribuam com sua identificação ou uso, como por exemplo, necessidade de mediação de acesso por meio de equipamentos (CD-ROM, DVD, microfilme etc.), sistemas requeridos (softwares demandados, certificados etc.) ou elementos que permitam a desambiguidade de recursos como número de páginas, edição, número normalizado (ISBN, ISSN) etc.

Lubetzky (1946 apud SVENONIUS, 2000) considerava que nem todos os elementos descritivos presentes na página de rosto eram passíveis de utilização na representação e que somente dados selecionados deveriam compor a descrição, alinhado ao objetivo do sistema bibliográfico. Esta compreensão remete à conveniência do usuário, com o catalogador elencando os elementos essenciais para prover a identificação do recurso, de acordo com o uso que será feito do mesmo pela comunidade atendida. Entende-se, portanto, que o nível descritivo e os elementos necessários à representação fazem parte dos objetivos do sistema bibliográfico somente se estiverem em consonância com a comunidade usuária. Segundo Svenonius (2000), pesquisas comprovam que a busca é realizada em poucos elementos da representação. Em contrapartida, eliminar elementos pode comprometer a acurácia na recuperação, a partir do momento que dados foram omitidos em prol de economia da representação.

Resumidamente, o princípio da necessidade prescreve que os elementos necessários à representação devem ser estabelecidos no sistema bibliográfico. Elementos devem ser agregados ou eliminados do sistema bibliográfico de acordo com a necessidade descritiva da comunidade usuária, contribuindo com o emprego de dados que efetivamente provêm a recuperação e uso dos recursos descritos.

PADRONIZAÇÃO

A padronização nas representações é obtida pelo emprego de regras descritivas presentes nos códigos e no estabelecimento de condutas. Normas internacionais são adotadas para favorecer a padronização que viabiliza a troca de registros bibliográficos, com o intuito de prover economia no processo descritivo, a partir do reuso de metadados. No século XIX, Jewett idealizou a construção de um catálogo que reunisse o acervo de todas as bibliotecas públicas dos Estados Unidos, buscando o controle bibliográfico e a cooperação entre instituições no intercâmbio de registros bibliográficos. Para alcançar este objetivo é demandada adesão irrestrita a padrões estabelecidos nos códigos internacionais, caso contrário a reutilização de metadados ficaria comprometida. Segundo Jewett (1852, p. 8 apud SVENONIUS, 2000, p. 79): “As regras para catalogação devem ser rigorosas e devem satisfazer, tanto quanto possível, todas as dificuldades de detalhe. Nada, do que pode ser evitado, deve ser deixado ao gosto individual ou julgamento do catalogador”.

O processo de cooperação de registros bibliográficos entre instituições, contudo, somente foi favorecido com os avanços tecnológicos no século XX, principalmente com o desenvolvimento do formato MARC. Embora a adoção de padrões descritivos permita o reuso de registros bibliográficos, pode comprometer o princípio de conveniência do usuário, a partir do momento em que aspectos locais podem ser eliminados, visando uma descrição generalista. Conforme preconizado por Cutter (1904, p. 6

apud SVENONIUS, 2000, p. 80), “a consistência estrita a uma regra e a uniformidade de sua aplicação, eventualmente pode levar a práticas que colidem com o modo habitual do público de ver as coisas”.

A adoção de padrões e a complexidade de códigos de catalogação produziram questionamentos sobre a excessiva padronização, como tratado por Lubetzky, que pregava a economia na descrição, evitando a inclusão de elementos não pertinentes (SANTOS; ORTEGA, 2013). Na contramão deste entendimento, as ideias de Jewett conclamavam a importância do seguimento de regras preconizadas pelos códigos internacionais (SVENONIUS, 2000). Evidentemente registros intercambiados contribuem com a velocidade da descrição, porém não podem ser considerados prontos e não dispensam revisões, visando atender à comunidade local. Cabe, assim, ao catalogador, inclusões e ajustes de elementos descritivos que favoreçam a descoberta do recurso por seu público. Outro ponto destacado por Svenonius (2000) é a dificuldade na descrição em decorrência da evolução das regras presentes nos códigos de catalogação e nos formatos de representação. Ajustes de elementos descritivos são necessários durante o processo de criação de registros e, sempre que ocorrem, acarretam esforço extra para a adequação, o preenchimento de novos dados ou a alteração dos existentes.

Instrumentos de padronização são empregados para estabilizar a descrição de elementos e isto contribui com o intercâmbio de dados. Adesão a vocabulários favorece a representação homogênea, com a presença de identificadores específicos para nomes de pessoas, idiomas, locais geográficos etc., criados e mantidos por instituições de reputação internacional, como a Library of Congress ou associações de profissionais como a IFLA (International Federation of Library Associations) e a ALA (American Library Association). A padronização possui forte relacionamento com a integração, princípio que será analisado a seguir.

INTEGRAÇÃO

O princípio da integração visa proporcionar a troca de registros bibliográficos entre sistemas, mediante a adoção de práticas descritivas e padronização na representação de recursos. Para tanto, buscase uma descrição uniforme, com utilização de elementos e uso de instrumentos com o objetivo de prover a troca de metadados. A integração é possível de ser obtida a partir do momento em que sistemas bibliográficos distintos compartilham do uso do mesmo conjunto de regras de catalogação, formatos e protocolos. Se permitem ampla aplicação em diversas comunidades, também agregam complexidade ao preconizar uma visão de poucos elementos que nivelam a descrição de modo generalista. São observados dois aspectos da integração: a aproximação de sistemas bibliográficos com escopos semelhantes, e a complexidade na adesão a esforços coletivos, que privilegiam a abrangência descritiva para abarcar, no mesmo conjunto, sistemas bibliográficos diversos.

Com o amadurecimento de padrões descritivos por tipo de recurso, são observados avanços no estabelecimento de regras e elementos a serem utilizados. Esse movimento contribuiu com a aproximação de sistemas bibliográficos distintos que, a partir da adoção de linguagem apropriada, passam a trabalhar e a contribuir com projetos colaborativos, compartilhando metadados e recursos. Tais casos podem ser exemplificados por recursos como música, teses e dissertações, cartografia, iconografia etc. Estas áreas estabeleceram padrões descritivos e elementos mínimos com o intuito de cooperação de registros, respeitando a necessidade descritiva de cada tipo de informação, visando suprir as demandas de comunidades especializadas. Assim proporcionam descoberta e alcance a um conjunto ampliado de recursos às suas comunidades, exemplificado pelo uso de repositórios digitais.

A especialização, entretanto, pode representar dificuldades na integração. Ao tentar reunir variedade de fontes de informação de recursos diversos, faz-se necessária a seleção de um conjunto mínimo de elementos descritivos e, invariavelmente, perda de parte da informação. Quanto maior a diversidade de participantes em projetos colaborativos, menor será a quantidade de elementos presentes em todos os recursos, tornando a descrição integrada carente de acurácia, podendo não atender às expectativas dos usuários. Este entendimento é nítido na afirmação de Hagler (1977, p.617 apud SVENONIUS, 2000, p.83) que atesta que “o que era bom para monografias e seriados de repente parece igualmente desejável para materiais cartográficos, livros antigos ou raros, música e materiais não livro em geral”.

Sob esse aspecto, a Quarta Lei de Ranganathan volta a ser evocada. O tempo do leitor foi poupado ao reunir sob poucas interfaces as possibilidades da descoberta. Entretanto, ao agrupar sob o mesmo ambiente dados generalistas de recursos tão variados, o objetivo pode não ser alcançado, afinal elementos essenciais para a descoberta de recursos específicos podem ter sido perdidos no momento da integração, proporcionando complexidade ao leitor. A adoção de linguagens diferentes para descrição pode acarretar problema na integração de sistemas. Alcançar um meio termo que atenda plenamente aos participantes é complexo.

Outros aspectos apontados por Svenonius (2000) que agregam dificuldades à integração de recursos estão centrados na representação de editores, nas distinções entre uma obra e suas edições e no próprio conceito de autoria, principalmente no aspecto coletivo, com o desempenho de variados papéis, tornando difícil a identificação, a representação e a consequente recuperação de especificidades desta natureza. Tomando como exemplo uma tese, ela é considerada um manuscrito, afinal não foi publicada por um editor. Em contrapartida, ao ser um recurso eletrônico disponibilizado em repositório digital, foi tornada pública, não podendo mais ser considerada como não publicada. Em relação à autoria, o autor

da tese pode ser claramente identificado, porém outras autoridades devem ser representadas, desde que preservadas as funções desempenhadas. Caso contrário, pode levar ao entendimento do usuário que não existe distinção entre sua participação na construção do recurso em relação ao autor principal, prejudicando a acurácia e interpretação dos dados recuperados.

OS FORMATOS DE DESCRIÇÃO

Os formatos MARC 21 e ONIX serão descritos, discorrendo sobre seus objetivos e desenvolvimentos. Serão analisados os objetivos dos formatos adotados por bibliotecas e editoras, com vistas a aferir sua aderência e conformidade com os princípios de descrição propostos por Svenonius (2000).

FORMATO MARC 21

O formato MARC foi desenvolvido pela Library of Congress na década de 1960 e é um padrão bastante utilizado por bibliotecas para representação de dados bibliográficos e de autoridades. Por meio dele é possível a leitura e interpretação de registros bibliográficos por computadores, contribuindo com o intercâmbio de registros, independentemente do sistema automatizado utilizado pela instituição. No início de sua implementação, seus objetivos estavam centrados em armazenar, recuperar dados e automatizar processos e tarefas rotineiras, exemplificados pelo desdobramento de fichas secundárias (TENNANT, 2002).

Segundo Avram (1975), as análises para automatização das operações técnicas para o desenvolvimento do MARC iniciaram-se na década de 1950, culminando em publicações em 1963 e 1965 com recomendações para automatizar o catálogo, a busca, a indexação e a recuperação de documentos, além de converter dados das fichas catalográficas impressas em formato legível por máquinas. Os objetivos eram:

1. criação de registros bibliográficos legíveis por máquina;

2. inclusão de todos os dados presentes nas fichas catalográficas impressas, além de informações adicionais que favoreçam o multiuso;
3. estabelecimento de acordo na comunidade bibliotecária sobre os elementos que devem ser incluídos nos registros.

De acordo com Avram (1975), a filosofia do projeto consistia na criação da estrutura de um formato capaz de armazenar informação bibliográfica de todos os tipos de materiais em *tags*, indicadores e subcampos que explicitariam os recursos, seus elementos e dados (autor, assunto, título, edição etc.). Como a proposta de abranger a variedade de recursos existentes seria morosa, optou-se por inicialmente centrar esforços na descrição de livros e, posteriormente, criar especializações para abranger outros tipos de materiais. Com o desenvolvimento do projeto foram estabelecidos formatos para descrição de publicações seriadas, material audiovisual, cartográfico, manuscritos, música e analíticas. O princípio adotado na criação das especializações era calcado no entendimento de que se os elementos de dados pudessem ser empregados para variados tipos de documentos, seria possível a utilização dos mesmos designadores de conteúdo (SANTOS; PEREIRA, 2014). A representação deveria fazer uso de elementos de acordo com a necessidade dos usuários. Esforços também foram empregados para abranger caracteres legíveis por máquina, permitindo o uso de alfabeto romano e dos idiomas representados por estes.

Participaram do projeto piloto 40 bibliotecas norte-americanas, de diversos segmentos, para avaliar o formato e sua utilidade e a primeira distribuição ocorreu em setembro de 1966. Pouco tempo após as primeiras experiências, a British Library manifestou seu interesse na construção de um formato para bibliotecas do Reino Unido, apoiando o ideal de construção de padrão que permitisse o intercâmbio de registros bibliográficos entre instituições, com destaque de que, naquela época, já almejavam alcance internacional destes esforços. Ao final do projeto piloto, em junho de 1968, a Library of Congress havia distribuído cerca de 50.000 registros de livros em inglês em formato legível por máquina.

Com o desenvolvimento do formato e sua adoção por outros países, foram realizadas diversas adaptações locais, de acordo com as necessidades observadas por comunidades de bibliotecários. Assim foram criados formatos variantes do MARC como o USMARC (Estados Unidos), CANMARC (Canadá), UKMARC (Reino Unido), IBERMARC (Espanha), entre outros. Esforços foram realizados para a harmonização do formato, buscando sua aplicação internacional, processo finalizado em 1998 com o lançamento do MARC 21 (SANTOS; PEREIRA, 2014), em utilização atualmente.

Os princípios e padrões do formato MARC 21 foram aprovados pelo Machine Readable Bibliographic Information Committee da ALA. O formato possui três elementos: estrutura – implementação de padrões nacionais e internacionais, como o ANSI Z39.2 e o ISO 2709; designação do conteúdo – códigos e convenções estabelecidas para identificar e caracterizar os elementos de dados, a fim de permitir a manipulação dos mesmos; e conteúdo de dados – descritos a partir de normas externas ao formato como o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano), LCSH (Library of Congress Subject Heading) etc. (LIBRARY OF CONGRESS, 1996). Foram estabelecidos cinco formatos: bibliográfico, autoridade, coleção (*holding*), classificação e comunidade. Cada formato possui um conjunto de elementos descritivos, separados em grupos, que podem estar relacionados. O formato é mantido e atualizado por comunidades de bibliotecários e atualizações são realizadas periodicamente, com inclusão de campos novos para atender necessidades descritivas identificadas ou tornando obsoletos elementos que não são considerados relevantes. A publicação das atualizações do MARC 21 é disponibilizada no sítio da Library of Congress.

FORMATO ONIX

O formato ONIX é um padrão internacional desenvolvido em linguagem XML (*eXtensible Markup Language*) com o objetivo de prover informações aos diversos setores relacionados ao mercado editorial, formado por editores, livrarias, agregadores ou distribuidores. Ele foi lançado em 2000 primeiramente pela Association of American Publishers (AAP) e a EDItEUR e, posteriormente, em colaboração com o Book Industry Study Group (BISG) e o Book Industry Communication (BIC) (EDITEUR, 2009). Seus objetivos contemplam a possibilidade de representar e armazenar informações sobre publicações com precisão e flexibilidade, contemplando não apenas livros impressos, mas livros digitais e periódicos digitais, que são distribuídos pela cadeia produtiva editorial, juntamente com dados sobre licenciamento, termos e direitos. Os padrões ONIX (livros, periódicos, licenciamento etc.) foram designados para prover a comunicação entre computadores entre os responsáveis pela criação, distribuição, licenciamento ou outra atividade do mercado editorial, tanto na forma impressa quanto digital. O ONIX *for Books* é o padrão com maior desenvolvimento dentre os formatos mantidos pela EDItEUR. Sua estrutura permite a inclusão de imagens (capas das obras) e arquivos com informações complementares como revisões, críticas, resumos, sumários etc., identificados como conteúdo rico.

O mercado editorial possui necessidades diferentes dos sistemas bibliográficos, e o ONIX visa suprir esta demanda ao permitir a troca de informações atualizadas pelo mercado editorial, com metadados sobre disponibilidade em estoque, logística para remessa de produtos e demais elementos que favoreçam a comercialização, além da descrição dos recursos. Assim é possível a um livreiro identificar se um título encontra-se esgotado, ou, ainda, confirmar os valores e os prazos para recebimento após a solicitação junto aos fornecedores.

Segundo Nowel (2012), a presença de metadados na descrição de livros está diretamente relacionada às vendas. Esta situação levou à criação do BIC BASIC, instrumento que relaciona requisitos mínimos descritivos que devem ser adotados pelo mercado editorial. Estas recomendações foram definidas pelo BISG Product Data Certification Programme e contemplam os elementos de número normalizado (ISBN), título, casa publicadora, categoria de assunto, data de publicação, imagem de capa, nome de fornecedores, estado de disponibilidade (disponível ou esgotada), preço recomendado para varejo e declaração de direitos. Em pesquisas realizadas no Reino Unido, a partir de 2010, sobre a venda de livros, foi constatado que as publicações que possuíam os elementos de dados recomendados no BIC BASIC obtiveram aumento de vendas na ordem de 98%. Mesmo com dados descritivos incompletos, porém contando com imagem vinculada aos metadados, as vendas apresentaram crescimentos de 124% (off-line) e 48% (on-line), evidenciando a importância da descrição de metadados ao mercado editor. Ao incluir conteúdo rico aos metadados – imagens de capas, revisões, críticas, resumos, sumários -, Nowel (2012) relata crescimento nas vendas na ordem de 55% em comparação aos recursos que não utilizaram esses elementos.

O formato ONIX abrange dois tipos de descrições: bibliográfica e de vendas e distribuição. Os elementos bibliográficos para identificação dos recursos são realizados sem estabelecimento de regras descritivas, resultando em descrição literal das informações presentes no recurso. Outro conjunto de elementos é responsável por armazenar e prover recuperação de dados de venda e distribuição, preço, moeda, frete, disponibilidade, quantidade disponível em estoque, restrições relativas a direitos autorais, entre outros dados. Provê, assim, elementos que favorecem as diversas atividades do meio editorial, incluindo elementos que possuem foco na divulgação, ações de marketing, logística etc.

Metadados em ONIX podem ser incluídos em catálogos de bibliotecas, uma vez que o formato foi mapeado para o MARC 21 pela OCLC (Online Computer Library Center), permitindo a utilização de conteúdo rico, além da troca de registros entre bibliotecas e editores (EDITEUR, 2009-b).

De acordo com Editeur (2014), o ONIX é um formato de mensagem e não uma especificação para banco de dados. O formato apresenta elementos de dados fundamentais para a descrição de recursos bibliográficos, com o intuito de propiciar a comunicação entre os participantes do mercado editorial. A identificação de assuntos permite aos diversos usuários do sistema a distinção de tipos da publicação (ficção e não ficção, por exemplo), assim como a temática abordada no registro, visando apresentar aos possíveis compradores publicações de seu interesse. Precisão semântica é necessária para permitir que a identificação dos elementos seja compreensível aos diversos usuários do sistema.

OS FORMATOS MARC 21 E ONIX À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE DESCRIÇÃO

A seguir será analisada a aderência dos formatos MARC 21 e ONIX em relação aos princípios de descrição indicados por Svenonius (2000).

CONVENIÊNCIA DO USUÁRIO E USO COMUM

MARC 21: os registros são consultados por bibliotecários e usuários, com usos distintos. Os bibliotecários realizam a importação dos registros com vistas a automatizar a inclusão de recursos bibliográficos, tornando-os disponíveis aos usuários com celeridade. Ao usuário é apresentada interface para busca e recuperação. É comum a presença de uso de operadores booleanos para realização de pesquisas específicas, ou ainda elementos que permitam o refinamento dos resultados. O MARC 21 permite que o recurso bibliográfico tenha elementos descritivos exaustivos, de acordo com a política adotada pela instituição, cabendo sua implementação aos bibliotecários envolvidos.

Em relação à escolha de linguagem de uso comum, a estrutura do formato MARC 21 permite a utilização de remissivas *ver e ver também* em registros de autoridades, com inclusão de formas variantes ou complementares de um termo. Assim, terminologias, nomes de pessoas, instituições etc. podem ser representadas com termos adotados, não adotados e relacionados, além de notas que complementam a descrição, orientando sobre sua origem ou aplicação.

Outra possibilidade é a indicação do uso de fontes externas como instrumentos para a padronização das linguagens descritivas. Este caso pode ser exemplificado pelo segundo indicador das *tags* da família 6XX (entradas de assuntos), informando de qual fonte foi retirado o termo utilizado para a representação temática. Assim, é possível identificar se o termo foi retirado da Library of Congress Subject Heading (LCSH, Ind 2=0) ou do Medical Subject Headings (MeSH, Ind 2=2), por exemplo.

ONIX: a estrutura do formato não é disponibilizada aos usuários (leitores) nas plataformas de comercialização (livrarias virtuais), como ocorre com sistemas gerenciadores que utilizam o MARC 21. O preenchimento dos elementos em ONIX é definido em guias e boas práticas, sem a identificação de orientações que não sejam do próprio formato. Possui um conjunto de códigos que são utilizados como vocabulário controlado ou valores para preenchimento de elementos de forma padronizada. Esse controle é necessário para permitir a criação e a troca de informações entre os participantes, sem a presença de governança entre eles. Cada participante pode definir quais dados deseja receber em seu sistema. As informações são compartilhadas e, com isso, faz-se necessário o controle de ambiguidade para garantir troca de elementos entre máquias.

Apesar de não utilizarem a denominação 'Remissivas', o formato permite a descrição de forma alternativa para o responsável intelectual, conforme observado em (destaques nossos):

```
<Contributor>
  <SequenceNumber>1</SequenceNumber>
  <ContributorRole>A01</ContributorRole>
  <PersonNameInverted>Westmacott, Mary</
PersonNameInverted>
  <NamesBeforeKey>Mary</NamesBeforeKey>
  <KeyNames>Westmacott</KeyNames>
  <AlternativeName>
    <NameType>04</NameType>
    <PersonNameInverted>Christie, Agatha</
PersonNameInverted>
    <NamesBeforeKey>Agatha</NamesBeforeKey>
    <KeyNames>Christie</KeyNames>
  </AlternativeName>
  <BiographicalNotetextformat="05"><p><strong>Mary
Westmacott</strong>era o pseudônimo utilizado em
seis romances da 'Rainha do Crime' Agatha Christie.</
p><p>Agatha Christie nasceu na Turquia em 1890 e
tornou-se, simplesmente, a romancista mais vendida da
história, superada pela Bíblia e obras de Shakespeare.</
p></BiographicalNote>
</Contributor>
```

Observando o exemplo anterior, conclui-se que a descrição é realizada respeitando os elementos contidos no recurso bibliográfico. Assim, se a obra contiver a autoria creditada a 'Westmacott, Mary' será assim registrado, mesmo tendo-se ciência que o nome preferível para identificar esta autoridade seria 'Christie, Agatha'. O MARC 21 atende distinções dessa natureza com o campo 245|c (indicação de responsabilidade), no qual os dados são descritos exatamente como constam na fonte primária, enquanto na Entrada principal (100|a) será adotada a forma padronizada do autor Pessoa.

REPRESENTAÇÃO E ACURÁCIA

MARC 21: permite a representação com detalhes de elementos, cuja aplicação é definida pelo catalogador. As informações distribuídas nos elementos permitem granularidade dos dados, contribuindo com a precisão na recuperação. Os elementos transcritos podem ser retirados de fonte primária ou complementar, com inclusão de notas para alertar ao usuário.

ONIX: todos os agentes participantes do mercado editorial podem contribuir com elementos descritivos. Os elementos podem ser selecionados de fontes diferentes dos vocabulários controlados, proporcionando flexibilidade, mas também acarretando perda de qualidade dos metadados. O nível de detalhamento dos elementos favorece a identificação de informações de acordo com o interesse do usuário, com descrição acrescida de informações sobre direitos autorais e comercialização.

A descrição de autores com os nomes sem padronização de entrada principal, conforme observado no exemplo de 'Christie, Agatha' pode acarretar em falhas na recuperação, ao permitir que a mesma autoridade tenha mais de uma forma de identificação.

SUFICIÊNCIA E NECESSIDADE

MARC 21: possui campos específicos para descrição de tipologia variada de recursos. Estes dados estão presentes em *tags* estruturais (00X) e específicas como, por exemplo, escala para materiais cartográficos (*tag* 255), característica de notação musical (*tag* 254), característica de arquivos de vídeo (*tag* 346) ou de gravações sonoras (*tag* 344). Um conjunto de elementos é de uso comum com outros tipos de recursos bibliográficos, porém seu emprego é decidido pelo catalogador, alinhado às demandas dos usuários. O formato sinaliza os campos (*tags*) e subcampos que são repetitivos, proporcionando especificidade descritiva para um conjunto de elementos como assuntos, entradas secundárias, casas publicadoras etc.

ONIX: a EDItEUR disponibiliza em seu sítio diversos formatos, destacando o ONIX *for Books*, para livros impressos e digitais; ONIX PC (*Price Catalog*), para descrição de produtos comercializados por assinaturas, como periódicos, livros digitais, bases de dados, lista de preços etc. (EDITEUR, 2015); ONIX PH (*Preservation Holdings*), para recursos arrolados em iniciativas de preservação; ONIX *for Serials*, para publicações periódicas; ONIX PL (*Publications Licenses*), para licenciamento de conteúdo digital; ONIX RS (*Rights Information Services*), para armazenar dados sobre direitos de publicações; entre outros. Neste estudo foi analisado apenas o formato ONIX *for Books*.

Para exemplificar a suficiência e a necessidade dos elementos é apresentada a representação de dados de autor, com datas extremas (destaques nossos).

```
<Contributor>
  <ContributorRole>A01</ContributorRole>
  <PersonName>Austen, Jane</PersonName>
<contributordate>
  <x417>50</x417>Tipo de data: Nascimento
  <b306 dateformat="05">1775</b306>Formato da data: AAAA
</contributordate>
<contributordate>
  <x417>51</x417>Tipo de data: Morte
  <b306>18170717</b306>Formato da data AAAAMMDD
</contributordate>
</Contributor>
```

No exemplo anterior observa-se o uso de datas que, de acordo com o atributo (x417=50; x417=51), identificam data de nascimento e morte de um autor. A estrutura possui flexibilidade ao permitir descrição de datas nos formatos AAAA ou AAAAMMDD, com = dados registrados de maneira completa ou parcial.

PADRONIZAÇÃO

MARC 21: a padronização dos campos do MARC foi obtida com a harmonização dos formatos existentes em diversos países (USMARC, CANMARC etc.) culminando no MARC 21. À medida que bibliotecas implantam o RDA (Recurso, Descrição e Acesso), ajustes aos metadados existentes têm sido realizados. Esta situação pode ser exemplificada com as orientações existentes no RDA, que demanda a distribuição de informações em novas *tags* MARC 21, como, por exemplo, descrição física. Anteriormente as informações desta natureza eram registradas essencialmente em uma *tag* (300, Descrição física). Porém, após a identificação da necessidade de maior detalhamento por conta

da diversidade de recursos, novos campos foram criados, tais como: 336 (tipo de conteúdo), 337 (tipo de mídia) e 338 (tipo de suporte). Analisando apenas este elemento (descrição física), a alteração de regras descritivas e a necessidade de padronização delas exigem adequação dos registros existentes no sistema bibliográfico, representando custos ao catalogador e dificultando que todas as instituições promovam a construção de registros sob os mesmos padrões, afinal a seleção de código descritivo é definida a partir de critérios políticos, econômicos e culturais.

ONIX: também é atualizado periodicamente, o que demanda ajustes dos dados descritivos. É observado o uso de vocabulários controlados – identificados como *Codelists* – que permitem a padronização da descrição. Estes *Codelists* podem ser vocabulários controlados, códigos ou listas de opções para preenchimento. No exemplo a seguir são observadas duas codificações: LanguageRole¹ (tipo de idioma) e LanguageCode (código do idioma). Esta codificação permite descrever, por exemplo, uma publicação em português fruto de tradução de obra publicada em inglês (destaques nossos).

```
<Language>
  <LanguageRole>01</LanguageRole>Idioma do texto
  <LanguageCode>eng</LanguageCode>Código do idioma
</Language>
<Language>
  <LanguageRole>02</LanguageRole>Idioma original
  <LanguageCode>por</LanguageCode>Código do idioma
</Language>
```

Ao adotar códigos numéricos ou alfabéticos e listas de vocabulários controlados a padronização é favorecida, contribuindo com a troca de registros.

¹ Relação de tipos de idiomas disponível em: <https://www.medra.org/stdoc/onix-codelist-22.htm>

INTEGRAÇÃO

MARC 21: possui estrutura e elementos estabelecidos internacionalmente visando o intercâmbio de elementos de representação. O nível descritivo é definido pela instituição catalogadora, adequando sua coleção às necessidades de sua comunidade, selecionando os elementos mínimos que permitam a localização e o uso do recurso bibliográfico. A integração com outras instituições será favorecida de acordo com a semelhança entre elas, resultando em troca de dados. Também permite a contribuição em projetos colaborativos, realizado por meio de protocolos de intercâmbio como o Z39.50 e o OAI-PMH.

ONIX: a estrutura do formato em XML favorece a troca de recursos bibliográficos, promovendo o intercâmbio. Embora o uso dos elementos seja restrito aos agentes do mercado editorial, a expansão de integração pode ser realizada com áreas que atuem no segmento editorial, como bibliotecas, comunidades de leitura, projetos de preservação etc. O ONIX foi concebido e desenvolvido para favorecer a comunicação entre agentes vinculados à produção e comercialização de livros, proporcionando a troca de elementos descritivos diversos.

Analisando os princípios de descrição e os formatos utilizados por bibliotecas e editoras, é possível observar aderência e compatibilidade entre eles. As estruturas de ambos favorecem a descrição com níveis básicos ou detalhados, com possibilidade de suprir as demandas de informação manifestadas pelas comunidades usuárias, atendendo, assim, ao princípio de conveniência do usuário e à adoção de linguagem de uso comum. A precisão na recuperação dos elementos descritivos é contemplada, porém condicionada à representação realizada pelo catalogador. A quantidade de elementos empregados na representação é expansível, com elementos neutros e específicos podendo ser incluídos na descrição, atendendo ao princípio da suficiência e necessidade. Ambos fazem uso de vocabulários controlados, favorecendo a realização de descrição de modo padronizado, aumentando

as possibilidades de recuperação dos recursos bibliográficos. O princípio da padronização mostra-se mais robusto nas bibliotecas, com a utilização de catálogos de autoridades norteando a descrição. No ONIX, a padronização é calcada na descrição dos dados explicitados nas publicações em detrimento ao estabelecimento de termos autorizados, e mesmo prevendo alternativas para enriquecimento dos elementos, não se mostra tão estabelecida quanto o MARC 21. Esses aspectos podem dificultar a integração entre sistemas de bibliotecas e editoras, uma vez que as divergências descritivas podem resultar em problemas de ambiguidade de termos, ou ainda na ausência de elementos essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos dos formatos MARC 21 e ONIX estão calcados no intercâmbio de dados e no compartilhamento de informações. Enquanto o MARC 21 foi desenvolvido com o intuito de troca de registros bibliográficos, o ONIX foi criado para favorecer a comunicação entre os agentes do mercado editorial. Disso apreende-se que o intercâmbio de registros é desejado pelas bibliotecas, enquanto as editoras almejam trocar informações sobre os recursos, com a finalidade de concretizar operações comerciais, inclusive com as bibliotecas. Entende-se, assim, que enquanto as bibliotecas desejam otimizar a criação e reuso de registros bibliográficos tornando sua localização e acesso abreviados aos usuários, as editoras buscam obter dados que favoreçam a realização de negócios, fornecendo elementos que contribuam para isso, sem contudo vislumbrarem a criação de um catálogo universal ou adoção de padronizações. Ao distribuidor interessa conhecer dados sobre disponibilidade, preços, taxas e demais informações que impliquem diretamente a compra e venda de produtos, enquanto o foco da biblioteca está centrado na descrição do recurso bibliográfico para promover sua disponibilidade aos usuários.

O formato MARC foi desenhado para acomodar os elementos presentes no AACR e, portanto, ser aderente aos princípios de descrição. Apesar de ser uma comunicação de elementos descritivos legíveis por máquinas, sua concepção e tipo de funcionamento ainda possuem forte resquício analógico que, com a evolução da representação, vem se libertando do formato tradicional simbolizado pela ficha catalográfica e as limitações de elementos descritivos e meios de acesso que permitam a recuperação das informações.

O formato ONIX, no entanto, além de ser mais recente que o MARC, não foi desenvolvido com foco na aderência aos princípios de descrição, mas na otimização de atividades comerciais. Mesmo assim, sua estrutura atende aos mesmos princípios, embora com objetivos distintos das bibliotecas. O fato de bibliotecas e editores trabalharem com conjuntos de dados similares fortalece a aproximação entre ambos, proporcionando ganhos a ambas as partes. Às bibliotecas é interessante receber elementos descritivos expandidos dos recursos bibliográficos, com fontes complementares. Os editores podem usufruir da padronização de elementos, principalmente de autoridades, que favorecerão a descrição de seus produtos. A adoção de diversos elementos descritivos favorece a realização de tratativas comerciais, uma vez que, ao possuir detalhamento de um recurso bibliográfico, suas chances de descoberta e consequente aquisição são ampliadas.

Tanto o formato MARC 21 quanto o ONIX possuem aderência aos princípios de descrição analisados por Svenonius (2000), apesar das divergências de objetivos e especificidades de cada um. Destaca-se, entretanto, que em relação ao MARC 21, tal compatibilidade era esperada, em virtude de o formato ter sido desenvolvido em consonância ao Código de Catalogação Anglo-Americano. O desenvolvimento do ONIX, contudo, não teve como base um código de catalogação e tampouco voltou-se ao atingimento de objetivos bibliográficos, mas às necessidades de informação de público usuário específico, com objetivos claros de incentivar e fomentar a realização de transações comerciais.

A proximidade do formato ONIX aos princípios de descrição reforça o entendimento de Svenonius de que os princípios de descrição sejam designados para fomentar qualquer sistema. Mesmo com aplicação distinta em relação ao MARC 21, foi possível constatar a presença dos princípios de descrição no ONIX.

Esforços devem ser empregados para garantir a continuidade de ambos os formatos alinhados aos princípios de descrição, contribuindo para a construção de instrumentos que permitam a descrição de recursos bibliográficos e intercâmbio de registros. Evidentemente particularidades devem manter-se presentes nos dois formatos, garantindo que os distintos públicos identifiquem e utilizem as informações que lhes são pertinentes. Apesar das similaridades, por tratarem de objetos comuns, publicações, não é possível propor a adoção de formato único para bibliotecas e o mercado editorial, visto que os elementos descritivos presentes em um sistema não atendem às demandas do outro.

Como foi possível identificar, os princípios de conveniência do usuário e uso comum, da representação e acurácia, da suficiência e necessidade, da padronização e da integração estão reconhecidos nos dois formatos. Estudos futuros podem ser desenvolvidos para utilização de instrumentos que atendam aos dois sistemas, visando ampliar as possibilidades de intercâmbio entre bibliotecas e o mercado editorial.

REFERÊNCIAS

- AVRAM, H. D. *MARC: its history and implications*. Washington, DC: Library of Congress, 1975. 49 p. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED127954.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- CAPLAN, P. *Metadata fundamentals for all librarians*. Chicago: American Library Association, 2003.
- EDITEUR. *Onix*. 2009a. Disponível em: <<http://www.editeur.org/8/ONIX/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- _____. *ONIX and MARC21*. 2009b. Disponível em: <<http://www.editeur.org/96/ONIX-and-MARC21/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. *ONIX for books implementation and best practice guide*. release 3.0. rev.2. London, 2014. Disponível em: <http://www.editeur.org/files/ONIX_3/ONIX_for_Books_Release3-0_html_Best_Practice+codes_Issue_32_v1-2-8.zip>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. *ONIX for price catalog: format overview version 1.2*. London, 2015. Disponível em: <http://www.editeur.org/files/ONIX-PC/20151120_ONIX-PC_overview_v1.2.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS - IFLA. *Declaração de princípios de internacional de catalogação*. 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

LIBRARY OF CONGRESS - LOC. *The MARC 21 formats: background and principles*. 1996. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/96principl.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

NOWEL, J. Global book sales and the importance of metadata. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CBL DO LIVRO DIGITAL, 3., 2012, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.congressodolivrodigital.com.br/site/trabalhos-3-congresso/15hjonathan.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

RANGANATHAN, S. R.; GOPINATH, M. A. *Prolegomena to library classification*. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1989. Reprinted 2006.

SANTOS, M. N. dos; ORTEGA, C.D. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. *Ponto de Acesso*, v. 7, n. 3, p.93-113, 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8464/6938>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; PEREIRA, A. M. *Catálogo: breve história e contemporaneidade*. Niterói: Intertexto, 2014.

SVENONIUS, E. *The intellectual foundation of information organization*. London: MIT Press, 2000.

TENNANT, R. MARC must die. *Library Journal*, New York, 15 oct. 2002. Disponível em: <http://lj.libraryjournal.com/2002/10/ljarchives/marc-must-die/#_>. Acesso em: 21 mar. 2016.